

Bradesco-Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

(Anteriormente denominada Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
CNPJ 58.229.246/0001-10
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064 - 2º andar - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, da Bradesco - Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
No exercício de 2017, a Corretora registrou lucro líquido no montante de R\$ 32.779 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 423.282 mil e Ativos Totais de

R\$ 618.422 mil. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 25% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.
Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais, e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.
São Paulo, 31 de janeiro de 2018.
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - Em Reais mil

ATIVO	
CIRCULANTE	270.806
DISPONIBILIDADES.....	40
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Nota 5).....	257.903
Carteira Própria.....	257.903
OUTROS CRÉDITOS.....	12.863
Rendas a Receber.....	2.695
Diversos (Nota 6).....	10.168
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	347.403
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Nota 5).....	250.836
Carteira Própria.....	250.836
OUTROS CRÉDITOS.....	96.567
Diversos (Nota 6).....	96.567
PERMANENTE.....	213
Investimentos - Outros Investimentos.....	1
IMOBILIZADO DE USO.....	203
Outras Imobilizações de Uso.....	337
Depreciações Acumuladas.....	(134)
INTANGÍVEL.....	9
Ativos Intangíveis.....	11
Amortizações Acumuladas.....	(2)
TOTAL	618.422

PASSIVO	
CIRCULANTE	123.098
OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	123.098
Sociais e Estatutárias.....	8.255
Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a).....	25.952
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8).....	87.685
Diversas (Nota 9b).....	1.206
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	72.042
OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	72.042
Diversas (Nota 9b).....	72.042
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 10)	423.282
Capital Social - De Domiciliados no País.....	217.743
Reserva de Capital.....	2.640
Reservas de Lucros.....	202.948
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	(49)
TOTAL	618.422

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre 2017	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21.131	48.538
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5).....	21.131	48.538
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21.131	48.538
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	3.162	10.798
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 11).....	8.346	16.443
Despesas de Pessoal (Nota 12).....	(1.992)	(2.028)
Outras Despesas Administrativas (Nota 13).....	(1.750)	(4.156)
Despesas Tributárias (Nota 14).....	(1.543)	(3.406)
Outras Receitas Operacionais (Nota 15).....	1.339	6.966
Outras Despesas Operacionais (Nota 16).....	(1.238)	(3.021)
RESULTADO OPERACIONAL	24.293	59.336
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	24.293	59.336
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 18b)	(10.871)	(26.557)
Provisão para Imposto de Renda.....	(6.987)	(15.422)
Provisão para Contribuição Social.....	(6.068)	(12.849)
Ativo Fiscal Diferido.....	2.184	1.714
LUCRO LÍQUIDO	13.422	32.779
Número de ações (Nota 10a).....	181.237.792	181.237.792
Lucro por lote de mil ações em R\$.....	74,06	180,86

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre 2017	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	24.293	59.336
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Despesas com provisões trabalhistas e fiscais.....	4.675	4.621
Depreciações e Amortizações.....	23	46
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	28.991	64.003
Aumento em Títulos e Valores Mobiliários.....	(41.544)	(44.827)
Redução em Outros Créditos.....	38.786	427.705
Redução em Outras Obrigações.....	(27.400)	(431.671)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	-	(16.430)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(1.167)	(1.220)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Redução em Títulos Disponíveis para Venda.....	1.116	1.116
Aquisição de Intangível.....	-	(7)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	1.116	1.109
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(51)	(111)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	91	242
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	40	131
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(51)	(111)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco - Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), atuava principalmente, na intermediação de títulos e valores mobiliários (inclusive moedas estrangeiras), administração de carteiras, fundos de investimentos e operações de crédito na modalidade de financiamentos a pessoas físicas destinadas a aquisição de ações. Após a cessão de bens e direitos, ocorrida em 7 de outubro de 2016, a "Corretora" não está realizando operações de intermediação financeira.

Em 8 de junho de 2016, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a venda das operações do Grupo HSBC no Brasil ao Banco Bradesco S.A. Essa decisão concluiu o processo de aprovações regulatórias para a transação, após as autorizações do Banco Central do Brasil (Bacen) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Cessão de bens e direitos e assunção de obrigações

Em 7 de outubro de 2016, foram firmados 2 contratos de Cessão de bens e direitos e assunção de obrigações entre a Bradesco - Kirton CTVM com a Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Ágora CTVM) e a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (Bradesco CTVM), que adquiriram parte dos bens e direitos pelo valor de cessão discriminado em anexo, relativo ao acervo líquido abaixo mencionado:

	Acervo líquido - R\$ mil	
	Ágora CTVM	Bradesco CTVM
Ativos		
Disponibilidades.....	48.736	549
Passivos		
Negociação e Intermediação de Valores.....	48.736	-
Obrigações Diversas - Despesas de Pessoal.....	-	549
Contas de Compensação		
Custódia de Valores.....	3.629	1.700
Depositários em Valores em Custódia.....	1.717	1.700
Valores em Garantia.....	1.912	-
Negociação e Intermediação de Valores.....	25.970.185	25.722.062
Contratos Mercado Futuro Não Ligadas.....	25.919.021	25.671.387
Depósito de Margem de Clientes.....	51.164	50.675

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Incluem, estimativas e premissas, tais como: provisões fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Considerando as Cessões de bens, direitos e assunção de obrigações (Nota 1) e com base no disposto da Circular nº 3.017/00 do Bacen, dada a inviabilidade de compararabilidade dos saldos, essas demonstrações contábeis não apresentam saldos comparativos com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Bradesco-Kirton CTVM, evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas acima foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em 31 de janeiro de 2018.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e as despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e as despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Classificação por categoria e prazos

Títulos (1)	Vencimento				Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a Mercado
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Títulos para negociação (3)	71.793	17.985	3.965	204.157	226.107	226.107	-
Letra financeira.....	-	-	-	5.071	5.071	5.071	-
Nota do tesouro nacional.....	71.793	-	-	71.793	71.793	71.793	-
Letras financeiras do tesouro.....	-	17.985	3.965	127.293	149.243	149.243	-
Disponível para venda	-	31.796	-	250.836	282.632	282.714	(82)
Letras financeiras do tesouro.....	-	31.796	-	250.836	282.632	282.714	(82)
Total 2017	71.793	49.781	3.965	454.993	508.739	508.821	(82)

- (1) As aplicações em cotas de fundos de investimento que incluem operações compromissadas realizadas pelos respectivos Fundos de Investimentos, foram distribuídas observando o percentual de participação no Patrimônio Líquido do fundo, aplicado nos papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. No encerramento do exercício a Corretora possuía R\$ 226.107 mil, aplicados em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco;
(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;
(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial, os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e
(4) Em 2017, não foram realizadas perdas por *impairment* para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda.

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

Títulos de renda fixa.....	48.538
Total	48.538
DE OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS	
Devolutos por depósito em garantia.....	80.099
Créditos tributários (Nota 18c).....	20.740
Impostos e contribuições a compensar.....	5.896
Total	106.735

7) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Corretora é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

• Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

• Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

A Corretora vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.
Destacamos as teses:
- Contribuição Social - Diferença de alíquota - Discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL de forma a torna-la mais gravosa para as instituições financeiras em ofensa ao princípio constitucional de isonomia, envolvendo o montante de R\$ 43.241 mil; e
- Imposto de Renda - Lei nº 8.200/91 - Autuação fiscal decorrente da discussão da inconstitucionalidade da Lei nº 8.200/91 quanto a limitação de dedutibilidade da despesa de correção monetária, envolvendo provisão de R\$ 11.393 mil.

• Movimentação das provisões constituídas

	Trabalhista	Fiscais
Início do exercício de 2017	3.926	62.588
Correção Monetária.....	-	2.670
Constituição/(Reversão).....	1.951	-
Pagamentos.....	(2.645)	-
No final do exercício de 2017 (Nota 9b)	3.232	65.258

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Corretora são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

• Passivos contingentes classificados como perdas prováveis

A Corretora mantém sistema e estrutura interna de acompanhamento de todos os processos administrativos e judiciais em que a instituição é autora ou ré. Cada processo está periodicamente por avaliação de sua assessoria jurídica, que considera o risco de perda envolvido e classifica o caso como de risco provável, possível ou remoto. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetuada, se necessária, a reclassificação do risco destes processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) Autuações fiscais para exigência de valores de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins em decorrência dos procedimentos envolvendo a desmaturização da Bovespa e BM&F, no montante de R\$ 77.614 mil; b) Autuação fiscal para exigência de IRPJ decorrente da discussão da inconstitucionalidade da Lei nº 8.200/91 quanto a limitação de dedutibilidade da despesa de correção monetária no montante de R\$ 52.189 mil; c) Autuações e glosas de compensações de créditos de PIS e Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 12.280 mil.

8) NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

Em 31 de dezembro de 2017, representado por "Credores - Contas de liquidação a compensar" no valor de R\$ 87.685 mil.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	24.368
Impostos e contribuições a recolher.....	1.584
Total	25.952
Diversas	
Provisão fiscais (Nota 7b).....	65.258
Provisão para passivos trabalhistas (Nota 7b).....	3.232
Provisão para pagamentos a efetuar.....	4.260
Outras.....	498
Total	73.248

continua...

Bradesco-Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

(Anteriormente denominada Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

CNPJ 58.229.246/0001-10

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064 - 2º andar - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 217.743 mil dividido em 181.237.792 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

Reservas de lucros (3)	202.948
- Reserva legal (1)	43.549
- Reserva estatutária (2)	159.399

(1) Não houve constituição no período, uma vez que já atingiu 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado, o enquadramento é verificado na Assembleia Geral de aprovação das demonstrações contábeis; e

(3) A Assembleia Geral Ordinária de 20.4.2017 que aprovou as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, deliberou a destinação do lucro líquido de R\$ 71.712 mil, conforme segue: R\$ 49.712 mil para "Reserva de Lucros - Estatutária" e R\$ 22.000 mil como juros sobre o capital próprio para distribuição aos acionistas, pagos em 5.12.2016. Consequentemente a distribuição proposta foi revertida para "Reserva de Lucros - Estatutária" no montante de R\$ 14.292 mil, sendo R\$ 2.486 mil de "Reserva de Lucros - Reserva Legal" e R\$ 11.806 mil de dividendos.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está demonstrado a seguir:

Lucro líquido	32.779
Base de cálculo	32.779
Dividendos propostos	8.195
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	25%
Valor em Reais por lote de mil ações	45,22

11) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Serviços de custódia	12.698
Serviços de corretagens	3.745
Total	16.443

12) DESPESAS DE PESSOAL

Provisões Trabalhistas	1.951
Benefícios	77
Total	2.028

13) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Serviços técnicos especializados	986
Serviços do sistema financeiro	897
Aluguéis	580
Contribuições filantrópicas	532
Despesas de publicações	503
Outras despesas administrativas	308
Serviços de terceiros	174
Processamento de dados	61
Depreciação e amortização	46
Outras	69
Total	4.156

14) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Despesas de contribuição ao COFINS	2.106
Despesas de impostos sobre serviço de qualquer natureza	822
Despesa de contribuição ao PIS/PASEP	342
Outras	136
Total	3.406

15) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Atualização de depósitos judiciais	6.447
Outras	519
Total	6.966

16) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Atualização monetária sobre impostos e contribuições	2.865
Outras	156
Total	3.021

17) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador Banco Bradesco S.A. e empresas coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Controlador
	2017
Ativos	
Disponibilidades	40
Passivos	
Dividendos a pagar	8.195
Despesa de aluguel	(580)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definida em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador indireto da Instituição.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

18) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em
	31 de dezembro - R\$ mil
	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	59.336
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(26.701)
Efeito no cálculo dos tributos:	
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(282)
Outros valores (2)	426
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(26.557)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e

(2) Inclui, basicamente: (i) a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45%) demonstrada; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes	(28.271)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(28.271)
Impostos diferidos	1.714
Constituição no exercício, sobre adições temporárias	1.714
Total	(26.557)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em	Constituição	Realização	Saldo em
	31.12.2016			31.12.2017
Provisões fiscais	16.974	1.068	152	17.890
Provisões trabalhistas	1.571	402	680	1.293
Outros	448	1.524	448	1.524
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	18.993	2.994	1.280	20.707
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	-	33	-	33
Total dos créditos tributários (Nota 6) (1)	18.993	3.027	1.280	20.740

(1) Os créditos tributários foram constituídos considerando a elevação da alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 e Lei nº 13.169/15 (Nota 3i). No que diz respeito aos efeitos temporários produzidos pela adoção da Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social para 20%, os respectivos créditos tributários, em setembro de 2015, foram constituídos com base na expectativa de sua realização da época.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2017 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2018	2.521	1.742	4.263
2019	2.680	1.837	4.517
2020	2.680	1.837	4.517
Após 2020	4.344	3.066	7.410
Total	12.225	8.482	20.707

Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 19.514 mil de diferenças temporárias.

e) Créditos tributários não ativados

A Bradesco-Kirton Corretora não possuía créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2017.

19) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Corretora, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até o ano de 2015, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados pela Instituição foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve outros eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

A DIRETORIA

Vinicius Panaro – Contador CRC 1SP324844/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Bradesco - Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

("Nova denominação social da Kirton Corretora de Títulos Valores Mobiliários S.A.")

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco - Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco - Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 12 de março de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2